



*** Destaque ***

AEPET APOIA SILVIO SINEDINO PARA O CA DA PETROBRÁS

(e também os associados da AEPET que defenderem o programa estatutário da Entidade)

Na próxima eleição para o Conselho de Administração da Petrobrás a AEPET estará apoiando a reeleição de Silvio Sinedino. Ao longo do seu mandato foram feitas diversas denúncias pelo conselheiro. Talvez a principal delas seja a questão da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA). Adquirida pela Petrobrás por um preço exorbitante, levou a um grande prejuízo à companhia por uma série de questões jurídicas e de falta de planejamento dos responsáveis na administração da Petrobrás. Esta questão teve repercussão na imprensa e no Congresso Nacional e gerou várias discussões entre os parlamentares que pediram audiências às autoridades sobre o assunto. Esta, entre outras iniciativas, obteve apoio de entidades petroleiras como a AEPET, a FNP e o Sindipetro/RJ.

Um importante ponto do programa defendido por Silvio Sinedino durante seu mandato e agora na sua campanha pela reeleição são os limites da representação no Conselho de Administração da Petrobrás que impede ao conselheiro eleito discutir as questões trabalhistas e previdenciárias, incluindo, portanto, a Petros e a AMS. Além do que, a companhia não garante a comunicação dos trabalhadores com seu representante no CA.

Sinedino defende que os funcionários da empresa tenham mais informações sobre o mandato no CA da Petrobrás e que, inclusive,

participem das propostas e dos assuntos levantados nas reuniões entre os conselheiros. O acesso aos e-mails dos funcionários da Petrobrás é uma das reivindicações para um novo mandato para o cargo do CA que o conselheiro tenha condições de prestar contas para toda categoria petroleira que respaldaram a sua candidatura.

Na eleição anterior, a AEPET denunciou a falta de comunicação dos candidatos a representante no Conselho de Administração (CA) da Petrobrás com seus eleitores e com o corpo técnico da companhia. Esta situação não foi modificada, o que beneficia candidaturas apoiadas por entidades sindicais ou mesmo associações de classes como a própria AEPET. A Diretoria da AEPET considera este um sério problema para a democracia no pleito. Por isso, decidiu que, além do apoio à reeleição de Silvio Sinedino, novamente a AEPET denunciará este mecanismo antidemocrático.

Assim como no pleito anterior, outras candidaturas de sócios da AEPET também serão apoiadas pela Entidade para que novas opções e propostas sejam feitas aos trabalhadores da Petrobrás. Serão apoiadas, portanto, todas as candidaturas de associados da AEPET que defenderem programas de campanha em sincronia com o Estatuto da Entidade. Divulgaremos novamente os candidatos e seu programa (com até 2500 caracteres) em nossos veículos.

RH LONGE DE MUDANÇAS:

“Nosso Plano de Cargos e Salários está destruído e demolido, graças a esta política de “remendos”. Tenho certeza de que Petrobrás será obrigada a rever este Plano”.

Silvio Sinedino
Presidente da AEPET

No dia 02 de janeiro, tomou posse o novo gerente executivo de RH da PETROBRÁS, o Eng. Antônio Sérgio Oliveira que entrou no lugar do sindicalista Diego Hernandes. Diego Hernandes foi muito criticado por ser um ex-sindicalista, que estava funcionando como um capitão do mato, caindo de pau nos trabalhadores. Temos consciência de que a política de RH não depende apenas do seu gerente. Ele é apenas o executor.

A nossa maior crítica feita à política de RH da Petrobrás é de que ela é míope em relação ao futuro da Petrobrás. O que pode nos transformar, como o companheiro Emanuel Cancela alerta, em uma Universidade Petrobrás que apenas formaria profissionais para o mercado. É absurdo investir dinheiro no profissional e perdê-lo para o mercado porque não temos uma política, de recursos humanos adequada.

Nosso Plano de Cargos e Salários está destruído e demolido, graças a estas políticas de

“remendos”. Com os salários muito baixos em relação ao mercado e começando a perder muitos dos novos funcionários, recém contratados, a direção da Petrobrás acelerou as carreiras dos novos. Isso destruiu o Plano de Cargos e Salários, no que ele ainda poderia ser útil como fomentador de carreiras ao corpo técnico.

O problema não é o salário inicial, mas sim a tabela como um todo. O Plano de Cargos e Salários tem que ser projetado para ser percorrido durante toda a carreira do funcionário.

Não é produtivo ter um funcionário com 15 e 20 anos que já atingiu o topo da carreira. Que motivação ele terá? Um Plano de Cargos e Salários bem feito tem que ser percorrido durante toda a vida laboral do trabalhador. Ao não perceber isto e tratar uma questão estratégica deste porte com remendos, a Gerência de RH da companhia destruiu o PCAC e deixou todos insatisfeitos, tanto antigos como novos funcionários. Agente está questionando isso e tenho certeza de que Petrobrás será obrigada a rever este Plano.

Editorial

Insensatez ou chantagem?

Pág.02

Espaço do Associado

Ganhadores do sorteio da AEPET

Pág.02

Entrevista:

Silvio Sinedino - Candidato a reeleição do CA

Pág.02

A AEPET homenageia Nova Diretoria da AMBEP

Pág.03

Entrevista:

Presidente da ANP concede entrevista ao jornal O Globo

Pág.03

Leilões: Novos Desafios e Perspectivas

Pág.03

O Neoliberalismo e a Petrobrás

Pág.03

Meio Ambiente

Insensatez ou chantagem? Um passo atrás

Pág.04

AEPET na Mídia:

Fernando Siqueira concede entrevista à TV Senado

Pág.04

Reforma Trabalhista

Pág.04

“ O direito de ter ideias se fortalece com a defesa do direito de contestá-las ”

Barbosa Lima Sobrinho

Insensatez ou chantagem?

Recentemente, a AEPET publicou matéria com o título *Insensatez ou chantagem?* Apontando a resistência do Instituto Estadual do Ambiente em liberar a Licença de Instalação para o início dos testes e operação assistida do Sistema de Tratamento de Água de Produção, construído no Terminal de Angra, o conhecido TEBIG. Na ocasião, a AEPET apontava algumas inconsistências na referida liberação, uma delas, a mais inusitada, se referia à uma das condicionantes para o licenciamento que teria de ser atendida, não pela Transpetro, mas pelo próprio órgão ambiental.

Recordando, vale a pena rever o item 28 das Condições de Validade Específicas da Licença de Instalação LI nº IN020801 assinada em 19 de setembro de 2012 pela presidenta do INEA Marilene Ramos: **“28 - Iniciar as obras do trecho inserido na área, atualmente classificada como ZCVS, somente após a publicação do decreto de recategorização(sic) do Plano de Manejo da APA Tamoios.”**

Na mesma matéria, a AEPET ainda expunha suas preocupações ao denunciar o assédio do INEA sobre a gerência do TEBIG para que seu representante no Conselho gestor da APA Tamoios se posicionasse a favor da proposta oficial para o seu novo zoneamento ambiental, ou seja, da liberação para o mercado imobiliário de melhores áreas contidas na APA Tamoios, aquelas “reservadas” desde 1994, quando da publicação do zoneamento original.

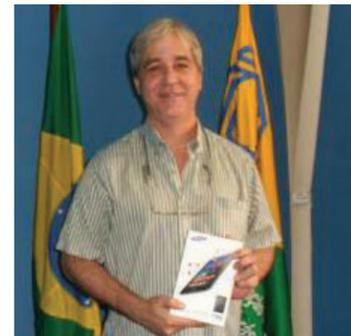
Um mês após a publicação da matéria no AEPET Notícias, quando foi sugerido que o INEA retirasse a sua inusitada exigência, o órgão ambiental estadual reveriu sua posição e eliminou o item 28.

Nunca saberemos se o passo atrás foi motivado por sensatez ou conveniência. O que fica é a desconfortável impressão de descaso com as urgências ambientais, que cedem lugar aos interesses do mercado. Ou dos financiadores de campanha. Com isso, perdem a Transpetro, que tem de absorver enormes prejuízos com a obra atrasada, o ambiente, relegado a segundo plano e o povo brasileiro, que se vê continuamente desrespeitado, posto à margem do poder decisório.



Lindberger A. da Luz Junior ficou satisfeito com o Tablet.

Durante a festa de confraternização de final de ano da AEPET realizada dia 11/12, o presidente Silvio Sinedino sorteou dois tablets 7.0 Plus-Samsung Galaxy referentes à Campanha de Novos Sócios do Pós-82. Os sorteados foram Lindberger Augusto da Luz Junior- Matrícula / Petrobrás 960987-6 e Roberto Siqueira de Araújo-Matrícula /Petrobrás 018419-5 .



Roberto Siqueira de Araújo foi o primeiro a pegar seu Tablet.

Entrevista SILVIO SINEDINO CANDIDATO À REELEIÇÃO DO CA

AEPET NOTÍCIAS: Sinedino, o que fez você vir a se candidatar a reeleição como conselheiro do C.A?

SINEDINO: A experiência de oito meses como o 1º Conselheiro do CA eleito pelos empregados foi proveitosa para a defesa dos interesses dos trabalhadores e da nossa Petrobras, mas muitos questionamentos de nosso programa de atuação precisam ser aprofundados. Assim, entendo que um segundo mandato de um ano é um tempo necessário para a consolidação de nossa atuação independente e por mais transparência do CA. Por isso estou me candidatando novamente.

AEPET NOTÍCIAS: Como você tem visto a atuação do C.A neste mandato? O que mudou e o que precisa mudar?

SINEDINO: Temos várias críticas ao funcionamento do CA, especialmente quanto à duração das suas Reuniões que não me parecem suficientes para discutir as estratégias de uma empresa do porte da Petrobrás. O que mudou é que passou a haver mais transparência na atuação do CA e essa transparência deve aumentar ainda mais.

AEPET NOTÍCIAS: Quais suas propostas para este mandato?

SINEDINO: Nosso Programa-Compromisso propõe: DEFENDER OS INTERESSES ESTRATÉGICOS DOS TRABALHADORES – empregados e contratados, da ativa ou aposentados segundo suas necessidades e anseios. O FORTALECIMENTO DA PETROBRÁS como impulsora do desenvolvimento nacional soberano, que harmonize viabilidade econômica com justiça social e proteção ao meio ambiente, geração de empregos e redução das desigualdades sociais. O PATRIMÔNIO PÚBLICO: a Petrobrás como 100% Estatal e Pública conforme o Projeto de Lei nº PLS-531/2009, dos movimentos sociais. Opor-se aos leilões das nossas reservas de petróleo e gás. Mais investimentos em pesquisa e inovação. ATUAR PARA VALORIZAR O HOMEM E O TRABALHO, melhorando sua proteção social, reduzindo acidentes e melhorando a saúde; fortalecer a organização sindical combatendo a discriminação, de todas as formas. Substituição gradual dos terceirizados em atividades permanentes através de concursos públicos. Que a exploração do PRÉ-SAL se subordine

aos interesses estratégicos do Brasil e que se realize em um ritmo tal que permita o atendimento pelos fornecedores nacionais das enormes demandas de equipamentos e serviços, gerando empregos e desenvolvendo a tecnologia e a engenharia nacional. Que a RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL da Petrobrás seja efetiva para a atenuação da mudança do clima e do aquecimento global e na mitigação dos impactos ambientais relacionados às suas atividades e ao uso final dos seus produtos. Planejando o futuro com vistas ao declínio das atividades de exploração e produção nas atuais áreas. Mudar a atual legislação para que o Conselheiro atue sem RESTRIÇÕES À SUA REPRESENTAÇÃO. MANDATO COLETIVO: Manutenção de um fórum de acompanhamento permanente do mandato do Conselheiro eleito pelos empregados, prestando contas de suas ações periodicamente.

AEPET NOTÍCIAS: Nas decisões do CA da Petrobrás a voz dos trabalhadores está sendo respeitada dentro do colegiado?

SINEDINO: Sim, a voz do trabalhador é respeitada dentro do CA, apesar de muitas vezes não gostarem do que está sendo dito/defendido. Deve-se lembrar, entretanto, que os trabalhadores têm apenas um voto em dez.

AEPET NOTÍCIAS: O tempo de mandato de Conselheiro do CA atende na sua opinião às reivindicações dos trabalhadores?

SINEDINO: O tempo do mandato de um ano não é exclusivo para o representante dos trabalhadores, todos os Conselheiros têm um ano de mandato, o que é estatutário. A maior limitação do mandato não é a sua duração, mas a restrição legal de participar de decisões relativas a RH e Planos de Previdência.

AEPET NOTÍCIAS: Como você vê a decisão do governo de fazer a 11ª Rodada de Licitações do Petróleo e do Gás agora em maio?

SINEDINO: Somos totalmente contrários aos leilões de áreas de petróleo e gás, como consta em nossa Proposta-Compromisso, pois achamos que são desnecessárias para o Brasil e não atendem aos legítimos interesses da população.

Expediente

Permitida a reprodução na íntegra ou em parte, desde que citada a fonte

Tiragem: 6.000 mil exemplares / Impressão: Mestre ArteGráfica

aepet@aepet.org.br

Presidente: **Silvio Sinedino**
Vice-Presidente: **Fernando Siqueira**
Diretor Administrativo: **Henrique Sotoma**
Vice-Diretor Administrativo: **Pedro Francisco de Castilho**
Diretor de Comunicações: **Ronaldo Tedesco**
Vice-Diretor de Comunicações: **Paulo Sérgio Decnop Coelho**
Diretor de Assuntos Jurídicos: **Paulo Teixeira Brandão**
Vice-Diretor de Ass. Jurídicos: **Carlos Roberto dos S. Caldeira**

Diretor de Pessoal: **Francisco Soriano de Souza Nunes**
Vice-Diretor de Pessoal: **Raul Tadeu Bergman**
Diretor Cultural: **Rogério Loureiro Antunes**
Vice-Diretor Cultural: **Francisco Isnard Barrocas**
Conselho Fiscal
Efetivos: **Ricardo Moura de A. Maranhão, Sydney Granja Afonso, Ricardo Latgéde Azevedo**
Suplentes: **Guilherma Vaz do Couto, Artur de O. Martins, Clóvis C. Rossi**

Núcleos

Aepet-Bahia: Jorge Gomes de Jesus
Aepet-BR: Paulo Teixeira Brandão
Aepet-Macaé: José Carlos L. de Almeida
Aepet-NS: Ricardo Pinheiro Ribeiro
Aepet-SE/AL: Francisco Alberto Cerqueira de Oliveira

Delegados

Juiz de Fora: Murilo Marcatto
Espírito Santo: Paulo W. Magalhães
S. José dos Campos: Clemente F. da Cruz
Curitiba: Ernesto G. R. de Carvalho
Pernambuco: Adelmo José Leão Brasil
Brasília: Velocino Tonietto

Redação

Editora e Jornalista Responsável:
Júlio César Lobo - 19894
Reportagem: **Júlio César Lobo**
Fotografia: **Alessandra Bandeira**
Projeto Gráfico: **Alessandra Bandeira**
Arte / Ilustração: **Alessandra Bandeira**
Diagramação: **Alessandra Bandeira**

Nova Diretoria da AMBEP:

“A AEPET homenageia a continuidade do legado de Yvan Barretto”

A AEPET, representada pelo seu presidente Silvio Sinedino participou da posse dos membros da nova diretoria e do Conselho Deliberativo da AMBEP- Associação dos Mantenedores e Beneficiários da Petros que aconteceu no dia 8 de janeiro de 2013. O vice Fernando Siqueira também participou. Em especial, gostaríamos de parabenizar o Presidente do Conselho Deliberativo da AMBEP, Carlos Egydio Bruni que em seu discurso de entrega do cargo falou sobre a necessidade da AMBEP defender os princípios de seguridade social que propiciaram a criação da Petros, bem como zelar pela sua preservação. A AEPET saúda a nova direção da AMBEP

e faz votos de que o legado do saudoso Yvan Barretto seja honrado e mantido nessa nova gestão, do Presidente Júlio Guedes da Conceição.

A AEPET sempre esteve ao lado desta entidade como parceira, apoiando os seus objetivos e busca cada vez mais estreitar as relações com a AMBEP como sempre fez ao longo de vários anos compartilhando das idéias de Yvan Barretto e Carlos Bruni, que promoveram várias iniciativas em prol de seus associados. Boa sorte à nova diretoria.

Confira o discurso completo do Presidente Carlos Bruni no site da AEPET: www.aepet.org.br

Entrevista da Presidente da ANP ao jornal O Globo

Em entrevista concedida ao Jornal O GLOBO no final de 2012, a presidente da ANP, Magda Chambriard abordou questões como: a 11ª rodada do pós-sal e a primeira do pré-sal para 2013 e também os focos para este ano foram analisadas pelo vice-presidente da AEPET, Fernando Siqueira, que discordou de vários pontos da ANP.

“Não precisamos de leilões. Já temos mais de 40 bilhões de barris descobertos no pré-sal, a saber: Tupi 9 bilhões de barris de reserva; Iara 4bi; Carioca 10bi; Franco 6 bi; Libra 15bi, Sapinhoá, 2 bilhões e outros menores. Quando tínhamos 14,2 bilhões de barris de óleo equivalente, a autossuficiência era de mais de 10 anos. Com as novas descobertas, temos autossuficiência de mais de 40 anos, podendo ainda exportar uma parte para gerar recursos de investimen-

tos. Mas devemos exportar derivados, pois a exportação de petróleo bruto causa uma perda primária (impostos ICMS, CIDE, PIS/Cofins) de cerca de 32% devido à absurda aplicação da Lei Kandir”.

Siqueira considerou inaceitável leiloar o Bloco de Libra, que constava da cessão onerosa para capitalização da Petrobrás, que o perfurou e achou petróleo.

“Indevidamente, ele foi retirado da cessão onerosa pela ANP. Agora ela

quer leiloar petróleo já descoberto. Sob quais critérios? Há duas hipóteses viáveis: AANP, seguindo a nova Lei 12351 entrega a área para a Petrobrás; ou a ANP contrata a Petrobrás para produzir o campo através de contrato de serviços. Só estas saídas contemplam o interesse nacional”, comentou.

Segundo o vice-presidente da AEPET, “a lei nova ainda não foi fechada, visto que os vetos da presidente geraram uma discussão dos royalties a ser

ainda debatida e aprovada pelo congresso fixando as regras da Lei 12351, que, a meu ver ainda não está completa”. Siqueira falou também que “essa ideia de que o Brasil só explora 4,5% das áreas é argumento falacioso dos lobistas. A Petrobrás explorou todas as 29 províncias e os 4,5% são as que ela selecionou como viáveis. Tanto que, nos leilões, ninguém faz oferta fora delas”, disse.

Pelo Fim dos leilões: Novos Desafios e Perspectivas

A AEPET inicia este novo ano acreditando na força e comprometimento de sua diretoria, associados e colaboradores para dar continuidade às propostas de crescimento e desenvolvimento da Associação. No ano passado demos o pontapé inicial na Campanha de Filiação de Novos Sócios e com certeza obtivemos êxito em nossa empreitada. Foram cerca de 600 novos sócios, um bom recorde que deu novo fôlego à AEPET.

Em 2013 estamos engajados novamente nesta luta pelo fortalecimento e renovação da AEPET e queremos, a cada dia, estreitar os laços de luta, companheirismo

e defesa dos interesses da Petrobrás, de seu corpo técnico e pelo monopólio estatal do petróleo. Lutamos também pelos avanços na legislação do pré-sal, buscando atingir o fim dos leilões. Entre nossos desafios estão a questão do fluxo de caixa da companhia e o sufocamento que esta tem sofrido a partir do congelamento dos preços dos combustíveis. Acreditamos que será inevitável que o Governo Dilma modifique a estrutura de preços dos produtos derivados para viabilizar a Petrobrás. Estão previstos para março e novembro novos leilões de campos de óleo e gás e a AEPET está unindo forças para impedir que eles aconteçam.

O NEOLIBERALISMO E A PETROBRÁS

Nos últimos tempos estamos assistindo uma avalanche de matérias e reportagens da grande imprensa contrárias a Petrobrás. Este discurso remonta à ascensão da política neoliberal no Brasil e no mundo vitoriosa no final do século passado com o fim do socialismo no Leste Europeu. Agora estamos vendo a uma nova onda neoliberal na Europa como suposta solução para a crise econômica gerada pela oligarquia financeira. O remédio claro para resolver os problemas econômicos são: privatizações, aumento de impostos e alta do desemprego. Como no Brasil as empresas estatais são a única resistência do pouco planejamento estratégico do Estado a grande imprensa tem como seu alvo predileto o que restou do setor público na economia. Como a Petrobrás é a maior empresa do País e que pode ter um plano de gestão de negócios e investimentos em médio e longo prazos torna-se prato cheio para a sanha dos neoliberais. O discurso é o mesmo de sempre os empregados da Petrobrás são marajás e ociosos, além de privilegiadas castas corporativas, não reconhecendo que em 59 anos de existência a petrolífera brasileira está entre as dez maiores empresas do mundo e que todos os anos ganha prêmios por sua compe-

tência tecnológica e empresarial no Brasil e no exterior. Como forma de diminuir o processo inflacionário no Brasil a Petrobrás tem que ter um controle de preços internos nos derivados de petróleo, enquanto compra estes mesmos produtos no mercado internacional com preços bem acima da média da economia brasileira. Mesmo com os seus problemas financeiros a Petrobrás é um símbolo de eficiência na economia brasileira e global. Com o Pré-sal as reservas de petróleo no Brasil irão aumentar e mais do que dobrar e por isso a Petrobrás será uma das empresas mais promissoras do planeta conforme relatórios de instituições internacionais e de entidades especializadas de todo o mundo. Devemos responder os ataques dos neoliberais com a mansidão da prática, uma vez que esta é o critério da verdade. Neste ano em que se comemoram 60 anos da Petrobrás devemos lembrar que foram brasileiros que construíram esta empresa e que ela é um exemplo para a história do Brasil, uma vez que culminou do maior movimento de massas da nossa pátria no século XX unindo milhões de pessoas dos mais variados matizes ideológicos. (Julio Cesar de Freixo Lobo)

Insensatez ou chantagem? Um passo atrás

AEPET Angra

Saiba um pouco mais sobre o processo de privatização dos espaços públicos naturais no Rio de Janeiro

A privilegiada região da Baía da Ilha Grande reúne uma das melhores porções dos 7% do que sobraram da destruição da espetacular Mata Atlântica no Brasil. Essa pequena, mas valiosa fração têm sido objeto de desejo dos ricos. As mais bem preservadas áreas dessa região, supostamente prote-



Enseada de Palmas

gidas pela Área de Proteção Ambiental de Tamoios, uma unidade de conservação ambiental estadual que cobre 90 km de litoral e mais de 85 ilhas, sempre estiveram na mira do capital. Vale recordar que, em plena ditadura, ao decidirem viabilizar seu complexo nuclear, os militares no poder escolheram o litoral sul-fluminense para lá materializarem o projeto Brasil Potência. Nessa toada, promoveram a abertura da estrada Rio-Santos. Nela, além das usinas nucleares, instalaram o TEBIG. Aproveitando a deixa, chegaram também os ricos, que se apropriaram do litoral para lá instalarem os seus projetos turísticos (pagos pelo governo) elaborados na Europa, inspirados nos grandes resorts do Mediterrâneo. Assim, mais do que progresso, trouxeram favelas, desordem urbana, desigualdade social e, sobretudo, destruição ambiental. Basta dizer que, na época, a construção da BR-101 fez

o Brasil entrar para o Livro de Recordes de movimentação de terra, que fez do mar o seu bota-fora. A população de Angra cresceu exponencialmente.

Não é à toa que, como sempre, o poder público se associa ao capital privado para entregar nossas riquezas. Tem sido assim com a pau-brasil, ouro e prata, pedras preciosas, minérios, água, petróleo e agora, as estradas, os estádios, os aeroportos, os transportes e, *lastbutnotleast*, os espaços naturais.

Nossas áreas protegidas têm sido utilizadas como reserva de mercado, reguladores dos investimentos imobiliários. O governo cria uma unidade de conservação e, com isso, estoca terras, aguardando a conveniência da demanda. Quando esta se apresenta conveniente, muda a legislação e abre as portas, sob aplausos dos poderosos. A decisão do governador Sérgio Cabral de alterar, para pior, o zoneamento ambiental da APA Tamoios, passando por cima da vontade da sociedade é prova cabal dessa prática. Saiba mais sobre o assunto em:

<http://ilhagrande-codig.blogspot.com/>



Ilha dos Recifes

Reforma Trabalhista

O ministro do TST (Tribunal Superior do Trabalho), Maurício Godinho Delgado afirmou que não é viável retirar direitos dos trabalhadores em nome de uma reforma da legislação trabalhista. Segundo ele, no médio prazo haveria reflexos negativos no mercado interno com prejuízos para toda a sociedade, inclusive para os empresários. "A proposta de redução de custos do trabalho a partir da redução de direitos trabalhistas é absolutamente irracional e injustificável", defende Delgado, que é autor de 17 livros, individuais e coletivos, sobre Direito do Trabalho. De acordo com o ministro, os gastos das empresas com o trabalhador formal não deve ser encarado como custo, mas sim como investimento. Ele destaca que o sistema econômico tem condições de reduzir custos investindo em produtividade, seja por meio de novas tecnologias ou com aumento da qualificação dos trabalhadores. Ao longo do tempo, explica, tornou-se mais prático para o Estado concentrar os tributos no trabalho por ser mais fácil de fiscalizar, mas que já há, hoje, condições para a utilização de instrumentos tributários que reduzam a incidência de tributos e contribuições sociais sobre a folha salarial em alguns setores. "Não há razão técnica para que o trabalho humano seja o centro da tributação." Em relação à CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), considera não ser necessário fazer reforma no plano do direito individual do trabalho nem no do direito processual, que atendem plenamente às necessidades da sociedade. O ministro enfatiza que a CLT funciona muito bem e é até mais flexível que a de alguns países europeus, como a França, Alemanha e os países nórdicos, que têm mecanismos para restringir o poder de dispensa do empregador, evitando demissões injustificadas. No Brasil, aponta ele, essas garantias se aplicam apenas em casos excepcionais, como o da gestante, de dirigentes sindicais e o trabalhador vítima de acidente de trabalho. "Sob esse ponto de vista, a taxa de rotatividade no Brasil é enorme", sustenta.

(Site do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo/Redação)

AEPET na Mídia:

Fernando Siqueira fala à Tv Senado sobre A Política do Petróleo no Brasil - O engenheiro Fernando Siqueira, vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET), avalia a política de petróleo no Brasil no Programa Agenda Econômica da TV



Senado. Siqueira falou sobre os novos desafios para a Petrobras e para a recuperação da indústria genuinamente nacional de equipamentos do setor, a partir da descoberta da camada de petróleo pré-sal, da competência da estatal. Falou também que o pré-sal vai gerar empregos, tecnologia e a maior oportunidade do Brasil deixar de ser o país do futuro.